



DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VII • nº 1398 • Campo Grande – MS • quarta-feira • 16 de novembro de 2016

13 páginas



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Nilza Gomes da Silva

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcos Antonio Martins Sottoriva

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Aroldo José de Lima

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça **Sérgio Luiz Morelli**

Procurador de Justiça **Mauri Valentim Riciotti**

Procurador de Justiça **Hudson Shiguer Kinashi**

Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas**

Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui**

Procuradora de Justiça **Nilza Gomes da Silva**

Procurador de Justiça **Silvio Cesar Maluf**

Procurador de Justiça **Antonio Siufi Neto**

Procurador de Justiça **Evaldo Borges Rodrigues da Costa**

Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bittar Bezerra**

Procurador de Justiça **Belmiros Soares Ribeiro**

Procurador de Justiça **Humberto de Matos Brittes**

Procurador de Justiça **Miguel Vieira da Silva**

Procurador de Justiça **João Albino Cardoso Filho**

Procuradora de Justiça **Lucienne Reis D'Ávila**

Procuradora de Justiça **Ariadne de Fátima Cantú da Silva**

Procurador de Justiça **Francisco Neves Júnior**

Procurador de Justiça **Edgar Roberto Lemos de Miranda**

Procurador de Justiça **Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Procuradora de Justiça **Esther Sousa de Oliveira**

Procurador de Justiça **Aroldo José de Lima**

Procurador de Justiça **Adhemar Mombum de Carvalho Neto**

Procurador de Justiça **Gerardo Eriberto de Moraes**

Procurador de Justiça **Luis Alberto Safrader**

Procuradora de Justiça **Sara Francisco Silva**

Procuradora de Justiça **Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**

Procuradora de Justiça **Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

Procurador de Justiça **Helton Fonseca Bernardes**

Procurador de Justiça **Gilberto Robalinho da Silva**

Procurador de Justiça **Paulo Cezar dos Passos**

Procuradora de Justiça **Jaceguara Dantas da Silva Passos**

Procurador de Justiça **Rodrigo Jacobina Stephanini**

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação

Editoração eletrônica: Secretaria-Geral

Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio

CEP 79031-907 | Campo Grande- MS

Telefone: (67) 3318-2055 | dompms@mpms.mp.br

SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça.....	1
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.....	3
Comissão Eleitoral.....	5
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	5
Secretaria de Recursos Humanos.....	6
Secretaria de Administração.....	9
Editais das Promotorias de Justiça.....	9

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Resolução nº 034/2016-PGJ, de 11 de novembro de 2016.

Dispõe sobre o plantão da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 7º, incisos V e XIII, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e

Considerando a necessidade de assegurar o atendimento de situações emergenciais que demandem apoio ou intervenção da Administração Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul;

Considerando que atende ao interesse público a otimização dos serviços, a racionalização das atividades e a participação equânime no plantão de todos os membros do Ministério Público que oficiam junto à Administração Superior;

Considerando a necessidade de estabelecer uma escala que assegure aos membros do Ministério Público prévio conhecimento dos canais de contato caso haja necessidade de apoio da Administração Superior fora do horário de expediente;

RESOLVE:

Art. 1º O plantão no âmbito da Administração Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul funcionará ininterruptamente, nos sábados, domingos e feriados, nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis das 18h01 às 7h59, em regime de sobreaviso, para atender aos casos urgentes que reclamem intervenção ou apoio imediatos da Administração Superior.

Parágrafo único. Nos finais de semana ou feriados o plantão terá início às 18h01 do último dia útil, encerrando-se às 7h59 do primeiro dia útil subsequente.

Art. 2º O plantão da Administração Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul abrangerá as seguintes escalas:

I – Procuradoria-Geral de Justiça: integrada pelo

Procurador-Geral de Justiça e pelos Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça;

II – Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça: integrada pelos Promotores de Justiça designados para a Secretaria-Geral, Chefia de Gabinete, Assessoria Especial e Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação;

III – Núcleos de Centro de Apoio Operacional: integrada pelos Promotores de Justiça designados para os Núcleos de Centro de Apoio Operacional;

IV – Corregedoria-Geral do Ministério Público: integrada conforme escala elaborada e publicada pelo Corregedor-Geral;

§1º O GAECO, o GACEP e os demais grupos especiais de atuação instituídos pela Administração Superior elaborarão suas próprias escalas de plantão para o atendimento de suas demandas emergenciais específicas.

§2º As escalas de plantão da Administração Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul serão elaboradas e publicadas pela Procuradoria-Geral de Justiça, ressalvada a escala a que se refere o inciso IV do art. 2º desta Resolução.

§3º Nos feriados alusivos ao carnaval ou em outros que contemplem uma sequência de quatro dias ou mais, poderão ser designados mais de um Membro do Ministério Público para o mesmo período de plantão.

§4º O plantonista que, por motivo de força maior, não puder comparecer ao plantão será substituído pelo seguinte na ordem de designação, cabendo ao primeiro adotar as providências necessárias para a prévia comunicação ao seu substituto e à Procuradoria-Geral de Justiça.

§5º Na hipótese do parágrafo anterior, o plantonista substituído fica automaticamente designado para o plantão na data atribuída na escala àquele que o substituiu.

Art. 3º Os plantonistas designados na forma do artigo anterior receberão aparelho de telefonia móvel do Ministério Público para o recebimento de chamadas relacionadas ao plantão, sem prejuízo do contato firmado por outros meios de comunicação.

Art. 4º A escala de plantão disciplinada por esta Resolução não abrange o período do feriado forense compreendido entre os dias 20 de dezembro e 6 de janeiro de cada ano.

Art. 5º Aos plantonistas relacionados nesta norma aplicam-se as disposições da Resolução nº 038/2015-PGJ, de 24 de novembro de 2015.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande, 11 de novembro de 2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui** 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2008/2013, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3690/2016) (Port. nº 3276/2016-PGJ, de 10.11.2016).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça **Ariadne de Fátima Cantú da Silva** 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2009/2014, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3683/2016) (Port. nº 3277/2016-PGJ, de 10.11.2016).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à 23ª Promotora de Justiça de Campo Grande, **Regina Dornte Broch**, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 3 e 4.11.2016, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 3285/2016-PGJ, de 10.11.2016).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de novembro de 2016, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue (Port. nº 3186/2016-PGJ, de 7.11.2016):

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
2.11.2016	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040
5 e 6.11.2016	2ª PJ de Ivinhema	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
12 a 15.11.2016	2ª PJ de Fátima do Sul	Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	99997-0790
19 e 20.11.2016	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040
26 e 27.11.2016	2ª PJ de Ivinhema	Juliana Martins Zaupa	99825-9158

REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
2.11.2016	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
5 e 6.11.2016	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
12 a 15.11.2016	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
19 e 20.11.2016	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
26 e 27.11.2016	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÁ E ANAURILÂNDIA			
2.11.2016	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	99984-4982
5 e 6.11.2016	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	99984-4982
12 a 15.11.2016	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
19 e 20.11.2016	PJ de Batayporá	Radamés de Almeida Domingos	98122-6050 99826-2127
26 e 27.11.2016	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafem Mingati	98478-2027
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
2.11.2016	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
5 e 6.11.2016	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
12 a 15.11.2016	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
19 e 20.11.2016	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
26 e 27.11.2016	2ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDOorado E MUNDO NOVO			
2.11.2016	PJ de Iguaque	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
5 e 6.11.2016	PJ de Iguaque	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
12 a 15.11.2016	PJ de Sete Quedas	William Marra Silva Junior	98462-9239
19 e 20.11.2016	PJ de Sete Quedas	William Marra Silva Junior	98462-9239
26 e 27.11.2016	PJ de Eldorado	Bianka M. A. Mendes	99922-9568
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
2.11.2016	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça R. de Macedo Junior	99977-4355
	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050
	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira	98121-1881
	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottoli Dias	99980-3294
	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
	PJ de Itaquiraí	Paulo da Graça R. de Macedo Junior	99977-4355
5 e 6.11.2016	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottoli Dias	99980-3294 98478-2066
12 a 15.11.2016	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963 0050
19 e 20.11.2016	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça R. de Macedo Junior	99977 4355
26 e 27.11.2016	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira	98121 1881
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBÁ E PONTA PORÁ			
2.11.2016	2ª PJ de Ponta Porá	Patricia Icassati Almirão	99985-9192
5 e 6.11.2016	1ª PJ de Amambá	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
12 a 15.11.2016	3ª PJ de Ponta Porá	Gisleine Dal Bó	99965-5105
19 e 20.11.2016	2ª PJ de Ponta Porá	Patricia Icassati Almirão	99985-9192
26 e 27.11.2016	1ª PJ de Amambá	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ			
2.11.2016	6ª PJ	Marcos Martins de Brito	99825-0713
5 e 6.11.2016	4ª PJ	Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho	99140-3002
12 a 15.11.2016	3ª PJ	Rodrigo Correa Amaro	98478-2111
19 e 20.11.2016	2ª PJ	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	98478-2107
26 e 27.11.2016	3ª PJ	Rodrigo Correa Amaro	98478-2111
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
2.11.2016	1ª PJ de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	99244-7079
5 e 6.11.2016	PJ de Anastácio	João Meneghini Girelli	99691-2601
12 a 15.11.2016	3ª PJ de Aquidauana	Antenor Ferreira de Rezende Neto	99958-4545
19 e 20.11.2016	2ª PJ de Miranda	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	98478-2062 99686-4464
26 e 27.11.2016	PJ de Terenos	George Zarour Cezar	99933-6774
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
2.11.2016	3ª PJ de Coxim	Rodrigo Cintra Franco	99686-9580
5 e 6.11.2016	1ª PJ de Coxim	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	99987-2000
12 a 15.11.2016	3ª PJ de Coxim	Rodrigo Cintra Franco	99686-9580
19 e 20.11.2016	1ª PJ de Coxim	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	99987-2000
26 e 27.11.2016	3ª PJ de Coxim	Rodrigo Cintra Franco	99686-9580
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
2.11.2016	2ª PJ de Cassilândia	Aline Mendes Franco Lopes	98111-7616
5 e 6.11.2016	1ª PJ de Cassilândia	Adriano Lobo Viana de Resende	99912-1576
12 a 15.11.2016	2ª PJ de Cassilândia	Aline Mendes Franco Lopes	98111-7616
19 e 20.11.2016	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
26 e 27.11.2016	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E			

APARECIDA DO TABOADO			
2.11.2016	PJ de Inocência	Andréa de Souza Resende	99933-8637
5 e 6.11.2016	PJ de Inocência	Andréa de Souza Resende	99933-8637
12 a 15.11.2016	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
19 e 20.11.2016	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
26 e 27.11.2016	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
2.11.2016	4ª PJ de Três Lagoas	Ana Cristina Carneiro Dias	98127-5060
5 e 6.11.2016	8ª PJ de Três Lagoas	Luciano Anechini Lara Leite	98111-0405
12 a 15.11.2016	5ª PJ de Três Lagoas	Daniela Araujo Lima da Silva	98116-4569
19 e 20.11.2016	7ª PJ de Três Lagoas	José Roberto Tavares de Souza	98174-5353
26 e 27.11.2016	1ª PJ de Bataguassu	Wilson Canci Junior	98125-4950
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO E ÁGUA CLARA			
2.11.2016	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
5 e 6.11.2016	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
12 a 15.11.2016	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
19 e 20.11.2016	PJ de Água Clara	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
26 e 27.11.2016	PJ de Água Clara	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
REGIÃO 15 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÁ E RIO NEGRO			
2.11.2016	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
5 e 6.11.2016	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
12 a 15.11.2016	PJ de Rio Negro	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99831-2692
19 e 20.11.2016	1ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
26 e 27.11.2016	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos	98478-2380
REGIÃO 16 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
2.11.2016	PJ de Bela Vista	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070
5 e 6.11.2016	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
12 a 15.11.2016	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
19 e 20.11.2016	PJ de Porto Murtinho	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
26 e 27.11.2016	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar o 2º Promotor de Justiça de Costa Rica, **Bolivar Luis da Costa Vieira**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Mutirão do Júri da comarca de Dourados, no julgamento do Processo nº 0000062-44.2011.8.12.0002, no dia 17.11.2016 (Port. nº 3287/2016-PGJ, de 11.11.2016).

(a) **Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

Extrato das Portarias expedidas pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 2929/2016-PGJ, de 6.10.2016, na parte que concedeu férias remanescentes ao servidor **Karl Frederick Alecksander Phillip de Figueiredo Rocha**, de forma que, **onde consta**: Período de Gozo – 7 a 11.11.2016, **passe a constar**: Período de Gozo – 21 a 25.11.2016 (Port. nº 3225/2016-PGJ, de 8.11.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor **Jonathas Santos de Oliveira**, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Transportes, nos dias 3 e 4.11.2016, em razão de viagem a trabalho do titular, *Elias Vitorino Filho* (Port. nº 3250/2016-PGJ, de 9.11.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora **Adriana Lima Gonçalves Cheris**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Gestão de Pessoas, nos dias 3 e 4.11.2016, em razão de viagem a trabalho da titular, *Christiane de Oliveira Landgraf Pinto* (Port. nº 3251/2016-PGJ, de 9.11.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora **Keila Fabrícia Gongora Rodrigues**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 25.8 a 28.9.2016, em razão de licença para tratamento de saúde do servidor *Gabriel Damião Amaral Silveira* (Port. nº 3252/2016-PGJ, de 9.11.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor **Denis Clebson da Cruz**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Mundo Novo e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 29.9 a 27.10.2016, em razão de licença compensatória referente a banco de horas, férias e licença para tratamento de saúde da servidora *Alexandra Secco de Almeida Silva* (Port. nº 3253/2016-PGJ, de 9.11.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos dos artigos 1º e 5º da Resolução nº 022/2014-PGJ, de 12 de setembro de 2014, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Port. nº 3254/2016-PGJ, de 9.11.2016):

SERVIDOR(A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Ana Gabriela Kiyomura Merlin	2015/2016	2 a 16.12.2016
Carlos Alberto Arguelho	2014/2015	2 a 16.12.2016
Claudia Regina Mendonça Evangelista	2015/2016	2 a 16.12.2016
Denise Oliveira da Silveira Xavier	2015/2016	2 a 16.12.2016
Divany Thomaz Duarte Junior	2014/2015	2 a 16.12.2016
Jean Hebert Moraes	2014/2015	2 a 16.12.2016
Jose Carlos Herculano Gonçalves	2015/2016	15.12.2016 a 13.1.2017
Juliana Teixeira dos Santos	2014/2015	2 a 16.12.2016
Lucyan Lacchi	2015/2016	5 a 19.12.2016
Luis Henrique Leviski Venancio	2015/2016	15.12.2016 a 13.1.2017
Marcelo Jacinto Neves	2015/2016	1º a 30.12.2016
Maria de Lourdes Ferreira de Paula	2015/2016	15.11 a 14.12.2016
Patrick Arruda Santana	2014/2015	20.12.2016 a 18.1.2017
Paulo Matias Guimarães	2015/2016	16 a 30.11.2016
Paulo Roberto Martins Cavallari	2015/2016	27.12.2016 a 10.1.2017
Sebastião Cesar Miranda de Lima	2015/2016	15.11 a 14.12.2016
Tania Batista Rosa	2014/2015	2 a 16.12.2016
Thaís Mara Ferreira Domingos	2015/2016	2 a 16.12.2016
Willian Gustavo Ferreira Segovia	2015/2016	15.12.2016 a 13.1.2017

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos dos artigos 1º e 5º da Resolução nº 022/2014-PGJ, de 12 de setembro de 2014, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Port. nº 3255/2016-PGJ, de 9.11.2016):

SERVIDOR(A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Alessandra Costa Mauro Silva	2015/2016	2 a 16.12.2016
Alessandra Katiucha da Silva Cavassa	2014/2015	5 a 19.12.2016
Anna Caroline de Freitas Silva	2011/2012	5 a 16.12.2016
Bruno Zanatto Macedo	2014/2015	16 a 30.11.2016
Carla Maria Bagordakis	2014/2015	7 a 11.11.2016
Daniele Aparecida Souza Albuquerque Moura	2014/2015	21 a 25.11.2016
Evandro Silva Toledo	2014/2015	5 a 19.12.2016
Fábio Maick da Silva	2012/2013	21 a 25.11.2016
Flavia Alessandra de Freitas Magalhães	2015/2016	30.11 a 14.12.2016
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	2014/2015	2 a 16.12.2016
Huanderson Salomão de Oliveira Borges	2014/2015	1º.11.2016
Janayna Grincevicius Vareiro	2014/2015	21.11 a 2.12.2016
Jeovane da Silva Gomes	2015/2016	7 a 21.11.2016
José Ricardo Barbosa Mendes	2014/2015	2 a 16.12.2016
Juliana Patrão Laurentino	2014/2015	7 a 21.11.2016
Karl Frederick Alecsander Phillip de Figueiredo Rocha	2013/2014	18.11.2016
Luiz Fernando Ribeiro Barbosa	2013/2014	7 a 11.11.2016
Marco Antonio Martins Pereira	2012/2013	12 a 16.12.2016
Marcos Andraos Mokayad Ferro	2012/2013	2 a 16.12.2016
Michel Maesano Mancuelho	2014/2015	7 a 11.11.2016
Murilo Mendes	2015/2016	5 a 9.12.2016
Nilson Antonio Verga	2015/2016	2 a 16.12.2016
Paulo Roberto da Silva	2014/2015	5 a 9.12.2016
Paulo Roberto Martins Cavallari	2011/2012	12 a 26.12.2016
Pedro do Carmo Sandim Junior	2014/2015	12 a 16.12.2016
Priscilla Nóbrega Coelho	2014/2015	8 a 16.12.2016
Regina Maria Correa Feitosa	2014/2015	16 a 22.11.2016
Renata Patricia Souza Monteiro Mendes	2014/2015	21 a 30.11.2016

Rosane Cypriano Roriz	2014/2015	12 a 16.12.2016
Sheila Marques da Costa	2013/2014	7 a 11.11.2016

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor **Luiz Fernando Koyanagi**, ocupante do cargo efetivo de Analista/Administração, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos, nos dias 9, 10 e 11.11.2016, em razão de viagem a trabalho da titular, *Silvana Kato da Silva* (Port. nº 3278/2016-PGJ, de 10.11.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor **Reginaldo de Oliveira Vilanova**, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão por Processos, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Planejamento e Gestão, nos dias 9, 10 e 11.11.2016, em razão de viagem a trabalho do titular, *Valdemilson Massayoshi Thaada* (Port. nº 3279/2016-PGJ, de 10.11.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 16.11.2016, as férias da servidora **Jerônima Alcântara de Mattos Silva**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio da Portaria nº 3128/2016-PGJ, de 27.10.2016 (Port. nº 3280/2016-PGJ, de 10.11.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor **Brauner Murilo de Melo Biscoli**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 26.10 a 9.11.2016, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009 (Port. nº 3281/2016-PGJ, de 10.11.2016).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor **Marcos Neves Papi**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para tratamento de saúde, no dia 1º.11.2016, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Port. nº 3282/2016-PGJ, de 10.11.2016).

(a) **Nilza Gomes da Silva**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

COMISSÃO ELEITORAL

AVISO Nº 002/2016/CE/CSMP

O **PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, do § 5º, do artigo 10, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e art. 8º da Resolução nº 7/CPJ/2016, de 26 de outubro de 2016, torna pública a **relação dos candidatos habilitados** para concorrer à eleição para Conselheiro do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2017-2018.

Candidatos habilitados:

Dr. Adhemar Mombrum de Carvalho Neto;
Dr. Antonio Siufi Neto;
Drª Ariadne de Fátima Cantú da Silva;
Dr. Belmires Soles Ribeiro;
Dr. Edgar Roberto Lemos de Miranda;
Dr. Gilberto Robalinho da Silva;
Dr. Helton Fonseca Bernardes;
Drª Jaceguara Dantas da Silva Passos;
Dr. João Albino Cardoso Filho;
Drª Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya e
Drª Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

Campo Grande, 11 de novembro de 2016.

Sérgio Luiz Morelli

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão Eleitoral

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

EDITAL Nº 002/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO

GROSSO DO SUL, por intermédio da SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ-MS, nos termos do item 34 do edital de abertura do processo seletivo nº 001/2016, publicado no DOMP nº 1379, de 14 de Outubro de 2016, torna público o local de prova do processo de seleção para estagiários de direito, **que se realizará no dia 04 de dezembro de 2016 na Faculdades Integradas de Ponta Porã, localizada na rua Tiradentes, nº 322, Centro, Ponta Porã/MS.**

Ponta Porã, 11 de novembro de 2016

a) GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça
Supervisão

EDITAL Nº 008/2016 – Nova Andradina

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS, referente ao Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Direito (Edital nº 001/2016 – Nova Andradina), torna público, para conhecimento, a **desistência dos candidatos Marcos Custódio Freitas (1º colocado) e Wellington de Jesus Silva (3º colocado), e as convocações dos candidatos Alberto Tolotti Leite (2º colocado) e Maria Thereza Guarnieri Oshiro (4ª colocada) que ficam, desde já, notificados a apresentarem, impreterivelmente, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação oficial deste**, os seguintes documentos:**

- I. Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II. Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/turno/semestre/número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
- III. Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV. Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V. Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 e 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
- VI. Declaração pessoal de não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII. Atestado de exame ABO-RH;
- VIII. Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança);
- IX. 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
- X. Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF).

Nova Andradina/MS, 10 de novembro de 2016.

a) Fabrício Secafen Mingati

Promotor de Justiça

a) Paulo Leonardo de Faria

Promotor de Justiça

a) Alexandre Rosa Luz

Promotor de Justiça

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do Processo Seletivo Simplificado de Seleção de Estagiários de Ensino Médio, da **Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi**, objeto do EDITAL N. 001/2016/PJI, publicado no DOMP-MS n. 1.367, de 23.9.2016, p. 4/6 (Processo PGJ/10/3203/2016).

Campo Grande, 11 de novembro de 2016.

Nilza Gomes da Silva

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

EDITAL Nº 004/PJNAS/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da PROMOTORIA DE JUSTIÇA da Comarca de Nova Alvorada do Sul, torna público o GABARITO OFICIAL DEFINITIVO da prova objetiva do Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Ensino Médio, bem como a CLASSIFICAÇÃO FINAL da referida prova, objeto do Edital nº 001/PJNAS/2016, para o conhecimento de todos os interessados, conforme disposições abaixo.

I – Do gabarito definitivo

O gabarito definitivo da Prova Escrita, realizada em 04 de novembro de 2016, encontra-se no Anexo I deste Edital.

II – Da classificação final

A classificação final da Prova Objetiva, realizada em 04 de novembro de 2016, encontra-se no Anexo II deste Edital.

ANEXO I - EDITAL Nº 004/PJNAS/2016

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO

01	C	11	C	21	A	31	C
02	C	12	B	22	B	32	B
03	B	13	A	23	D	33	A
04	C	14	*	24	B	34	C
05	C	15	D	25	B	35	C

06	D	16	C	26	D	36	A
07	C	17	C	27	A	37	A
08	A	18	A	28	D	38	A
09	B	19	B	29	C	39	C
10	B	20	D	30	C	40	C

* Questão anulada.

ANEXO II - EDITAL N° 004/PJNAS/2016

Classificação Final

	CANDIDATO	NOTA
1	LEONARDO RAFAEL SCHERER DA SILVA	6,5
2	GUILHERME BARBOSA LIMA	5,75
3	BIANCA PRETTO DE ARAUJO	5,25
4	POLIANA DA SILVA RIBEIRO	5,0
5	CAIO CASTRO SOUZA	5,0
6	GABRIELLY CARVALHO DE OLIVEIRA	5,0

Comarca de Nova Alvorada do Sul, 11 de novembro de 2016.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 002/2016/PJSN

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da **Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora**, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, **COMUNICA** aos **ALUNOS DO ENSINO MÉDIO REGULAR** o deferimento das inscrições para o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE ENSINO MÉDIO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SONORA/MS**, conforme disposição abaixo:

I – DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

1. Anexo I: Da relação dos candidatos cujas inscrições foram DEFERIDAS.
2. Anexo II: Da relação dos candidatos cujas inscrições foram DEFERIDAS como Pessoas com Deficiência.
3. Anexo III: Da relação dos candidatos cujas inscrições foram INDEFERIDAS.

II – DOS RECURSOS

1. No prazo de 02 (dois) dias da publicação deste Edital, no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP será permitido ao candidato interessado apresentar recurso.
2. O requerimento de recurso deverá ser feito por escrito, assinado pelo candidato e entregue na sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora/MS, cito a Rua 03 de Junho, nº 90, Centro, Sonora/MS.
3. Não será aceito recurso interposto por fac-símile (fax), telex, internet, telegrama, sedex ou outro meio não especificado neste Edital.
4. O recurso interposto fora do prazo não será

DOMP-MS

conhecido, sendo considerado, para tanto, o carimbo de protocolo oficial da Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora/MS.

5. Não será conhecido o recurso interposto em prazo destinado a evento diverso do questionado.

6. O candidato deverá entregar o recurso em três vias (original e duas cópias).

Sonora – MS, 11 de novembro de 2016.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

ANEXO I

Relação dos candidatos cujas inscrições foram DEFERIDAS:

Nº insc.	Nomes	Dt. Nasc.	Idade	Ano/Sem.
01	ALICE RIBEIRO SIQUEIRA	03/08/2000	16 ANOS	2º ANO
02	ALYSSA DE SOUZA PEREIRA	01/11/2000	16 ANOS	2º ANO
03	AMANDA SABINO DA SILVA	14/09/2001	15 ANOS	1º ANO
04	ANA CLARA BENVIDES MACHADO	22/07/2000	16 ANOS	2º ANO
05	ANDRÉ BISPO DA SILVA	23/06/1997	19 ANOS	1º ANO
06	ANGELITA CÍNTIA DE SOUSA	25/04/2000	16 ANOS	2º ANO
07	ARTHUR RIBEIRO DE SOUZA	20/08/2000	16 ANOS	1º ANO
08	CRIS RAQUEL DE SOUSA SANTOS	01/05/2000	16 ANOS	1º ANO
09	DÉBORA GOMES ALCÂNTARA	04/02/2001	15 ANOS	1º ANO
10	DENILSON FERREIRA DUARTE	28/05/1999	17 ANOS	2º ANO
11	EDUARDO DE ANDRADE LEMES	12/04/2001	15 ANOS	1º ANO
12	GÉSSICA DA SILVA ROCHA	06/09/2000	16 ANOS	1º ANO
13	GUILHERME FERREIRA RODRIGUES	03/06/2001	15 ANOS	1º ANO
14	IGOR HENRIQUE BARBOSA DA SILVA	28/01/1998	18 ANOS	2º ANO
15	IHASHMYM KARYNE DE LIMA SANTOS	19/01/2000	16 ANOS	2º ANO
16	ALINE DE OLIVEIRA CÂNDIDO	25/10/2000	16 ANOS	1º ANO
17	INDINAYARA PRADO RODRIGUES	13/05/2000	16 ANOS	1º ANO
18	IZABELLA MHAELÉN DA SILVA	22/02/2001	15 ANOS	1º ANO
19	JANIELI GARCIA DOS SANTOS	20/11/2000	15 ANOS	1º ANO
20	JONATAN PEREIRA DOMINONI JUNIOR	05/10/1999	17 ANOS	2º ANO
21	JONATAS NASCIMENTO AMANCIO	17/10/2000	16 ANOS	2º ANO
22	JOSÉ RICKELME SANTOS PONTE	01/09/2000	16 ANOS	1º ANO
23	JULIANA MORAES ACOSTA	28/07/2000	16 ANOS	2º ANO
24	KALIANDRA DA SILVA BARBOSA	10/10/1998	18 ANOS	2º ANO
25	LARISSA GABRIELA GOMES FERREIRA	18/11/1999	16 ANOS	2º ANO
26	LOHRAINE FERREIRA MAYER	06/02/2001	15 ANOS	1º ANO
27	LUANDA SILVA OLIVEIRA	29/07/2001	15 ANOS	1º ANO
28	MIRELY NATALI MENZINGER CERVIERI	19/12/2000	15 ANOS	1º ANO
29	NATACHA GABRIELY DE ANDRADE OLIVEIRA	02/05/199	17 ANOS	2º ANO
30	PEDRO ALISSOM TEIXEIRA DE LIMA	05/09/2000	16 ANOS	1º ANO
31	RAYANE SILVA CASTRO	01/08/2000	16 ANOS	2º ANO
32	REBECA DA SILVA PEDROSO	27/10/2000	16 ANOS	2º ANO
33	RENATA KELLY SANTANA MENDONÇA DA SILVA	19/11/1999	16 ANOS	2º ANO
34	RONALD SANTOS VIANA	30/08/2000	16 ANOS	1º ANO
35	SABRINA MYKAELLE GARCIA DA SILVA	02/05/2000	16 ANOS	1º ANO
36	TAILA DA SILVA FERREIRA	13/09/1999	17 ANOS	1º ANO
37	TAIS GARCIA VAZ	16/03/2000	16 ANOS	1º ANO
38	THIAGO SOUZA FERNANDES	15/12/2000	15 ANOS	2º ANO
39	VICTOR CLOVIS DA SILVA GONÇALVES	14/03/2001	15 ANOS	9º ANO
40	WEVERSON LIMA DOS SANTOS	12/04/2000	16 ANOS	2º ANO
41	YASMIN LIMA OLIVEIRA	23/05/2001	15 ANOS	1º ANO

ANEXO II

Relação dos candidatos cujas inscrições foram DEFERIDAS - Pessoas com Deficiência:

*Não há candidatos inscritos nesta condição.

ANEXO III

Relação dos candidatos cujas inscrições foram INDEFERIDAS:

*Não há candidatos inscritos nesta condição.

DOMP-MS

EDITAL N.º 006/2016/PJAMB

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA** da Comarca de **AMAMBAI**, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010 e Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e de acordo com as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18.1.1994, alterada pela Lei nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA os candidatos aprovados em 3º, 4º, 5º, 6º e 7º lugares, respectivamente, no **Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Ensino Médio**, Amanda Yanna Schinaider Cortes, Marcos Fernandes Salazar, Tainara Vilhagra Dutra, Pablo Diosnel Vera de Maldonado e Josimari da Silva Dias para a apresentação da documentação específica em anexo (Art. 31, § 1º da Resolução n.º 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação oficial deste.

Amambai- MS, 11 de novembro de 2016.

Nara Mendes dos Santos Fernandes

Promotora de Justiça

Luiz Eduardo Sant'Anna Pinheiro

Promotor de Justiça

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

- 1- Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2- Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estágio/semestre;
- 3- Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- 4- Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- 5- Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da resolução n.º 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
- 6- Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- 7- Atestado de exame ABO-RH;
- 8- Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
- 9- 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
- 10- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF) digitada em todos os campos e assinada.

EDITAL N.º 003/2.016/PJ/JARDIM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das

Promotorias de Justiça da Comarca de Jardim/MS, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, **COMUNICA** aos interessados a relação dos candidatos que tiveram deferida a inscrição no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Nível Médio na Comarca de Jardim/MS e **CONVOCA** os inscritos para a realização da prova que ocorrerá no dia **19.11.16 (sábado), às 13h30min, na Escola Estadual Professor Antônio Pinto Pereira (Rua Fábio Martins Barbosa, n.º 110, Jardim Aeroporto, Jardim – MS)**, devendo o candidato comparecer no local, munido de documento de identificação e caneta esferográfica azul ou preta.

NOME DO CANDIDATO	Número do Documento
Altamir Gamarra Ajala	002.388.811
Alisson Martinez Martins	002.215.693
Allan Carvalho de Almeida	001.839.999
Amanda Mendieta dos santos	002.284.717
Ana Vitória Fernandes Ramires	002.156.777
Annielly de Arruda Scherer	067.360.581-71
Aruã Coronel	002.367.093
Brenda Lopes Mancuello	002.200.915
Bruno Bahia	001.834.201
Brunno Henrique Ribeiro Roman	001.879.529
Bruno Siqueira de Mattos	002.259.342
Camila Silva Santos	002.241.624
Danielly da Cunha Freitas	001.665.363
David Matheus Mercedes Gomes	002.210.330
Davila Carolina Gonçalves Dias	13.785.051-6
Douglas Peralta Maciel Franco	001.837.290
Eduarda Escobar Ribeiro	002.362.669
Emanuelly Candelário Gonçalves	002.384.995
Êmilly Vitória Cruz Matos da Silva	002.407.022
Érica Luciana Fagundes do Nascimento	002.347.386
Erik Alexander Chaves	002.096.436
Éverton Cristaldo Gonzales	002.225.042
Francieli Garahi Jara	002.372.549
Francieli de Leon Eustaquio	006.130.880
Gabriela Chaves Vareiro	002.293.808
Gabrielly Ojeda de Oliveira	002.194.287
Graziely Notario de Araujo	002.185.109
Gilberto Crica Stofela Filho	002.344.760
Guilherme Pereira Florêncio	094100194-3
Jefferson Gonçalves Cristaldo	001.716.005
Jefferson da Silva Larréia	002.407.338
Joanny Ellen Oliveira Franco	002.268.232
Josiely Gonçalves Soares	002.242.026
Júlia Cristina de Castro	53.224.175-7
Karla Pleutim Amarilha	002.039.146
Karyeli Karolina Camparo	002.225.445
Larissa Mirandola Balta	002.235.199
Leandro Penha Esquivel	002.061.152
Leticia Aguilera Duarte	002.112.703
Lincon de Almeida Machado	002.409.416
Lucas Albuquerque de Lima	002.224.871
Luís Felipe Aréco	002.372.154
Luís Fernando Atanázio Zanetti	001.982.442
Luis Henrique Cavaleiro Roa	002.277.317
Marcos Vinicius de Arruda Scherer	002.189.340
Maiara Além Chaves	002.277.240
Marcos Henrique da Cunha Franco	002.280.996
Maria Carla Fachim	001.731.733
Mateus Henrique Dutra Gomes Pereira	002.047.883
Matheus Esquivel Trindade	002.223.356
Michael Douglas Soares Grefe	002.092.953
Mi-Kiong Alves Pinheiro	002.214.600
Mi-Sang Alves Pinheiro	002.215.055
Pedro Henrique de Souza Bertola	002.192.387
Pâmela Talita Valdez de Lima	002.187.894
Rayane Sara Jara de Aquino	002.183.489
Rayanne Gonçalves Pinto	002.370.654
Rayanne Vitcov Cardoso	002.126.383
Rosilaine dos Santos Carvalho	CPF 067.640.231-31

Sim Eun Lee	002.308.550
Sthefani Acosta Benites	001.935.108
Tácia Bianca Ifran Moreira	002.059.034
Thailline Maira Medeiros Paes	002.231.828
Vinícius Benites de Souza	002.232.465
Vitória Alves de Oliveira	002.234.831
Yáskara Loureiro Evangelista	002.320.019
Yasmim Cabral Cristaldo	001.799.549

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Silvio Sebastião Q. Ribeiro	CPF 046.904.931-62
Willer Maidana Rocha	2.057.365

Jardim – MS, 9 de Novembro de 2.016.

Allan Carlos Cobacho do Prado.

Promotor de Justiça.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato da Nota de Empenho 2016NE005475 de 10/11/2016 do Processo PGJ/10/3930/2016

Credor: HOUSETECH INFORMATICA EIRELI – ME.

Ordenador de despesa: **Alexandre Magno B. Lacerda**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 16/PGJ/2016 – **Ata Registro de Preços n.º 04/PGJ/2016**

Objeto: aquisição de forno micro-ondas, capacidade mínima 27 litros, potência mínima 900W, tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Midea – Modelo: Liva Branco.

Valor: R\$ 920,00 nos termos da Nota de Empenho n.º 2016NE005475, de 10/11/2016.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei n.º 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

Edital n.º 088/2016

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar no site do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Inquérito Civil n.º 06.2016.00001236-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa por Peritos Criminais lotados no Instituto de Criminalística Hercílio Macellaro, nesta Capital. Campo Grande-MS, 9 de novembro de 2016.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA - Promotor de Justiça (Designado pela Portaria n. 2681/2016/PGJ-MS, de 12 de setembro de 2016).

PORTARIA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**, por sua Promotora Eleitoral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, *caput*, da Constituição Federal, 78, da Lei Complementar n.º 75/93, 35, inciso III, da Lei Complementar n.º 72/94, e pela Portaria PGR/MPF n.º 692, de 19 de agosto de 2016, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal, por meio do SAC (Sala de Atendimento ao Cidadão), recebeu a manifestação n.º 20160103816 (PR-MS-00024395/20016), e a encaminhou para este Órgão Ministerial para ciência e providências que entender cabíveis;

CONSIDERANDO que a manifestação notícia o fato de que no dia 29/10/2016, entre 14h e 18h, ocorreria uma festa, na Rua Evelina Selingard, no Bairro Parque do Sol, nesta, com distribuição de balas, doces e piscina de bolinhas, bem como a participação de Micorelli, Edy Lima, sendo que tal festividade seria realizada com o pretexto de na oportunidade realizar compra de votos para a candidata ao cargo de prefeito, ROSE MODESTO, para as eleições municipais do segundo turno;

CONSIDERANDO que o denunciante informou que a festa supra seria promovida por CELSO LUIZ DE PAULO, que foi candidato ao cargo de vereador pela coligação de ROSE MODESTO;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório Eleitoral constitui instrumento lícito do Ministério Público Eleitoral para a fiscalização e apuração de eventuais condutas vedadas e abuso de poder, tendo em vista sua missão constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Constituição Federal (TSE - Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral n.º 131483, rel. Min. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, DJE de 11/03/2016, p. 110; e Recurso Especial Eleitoral n.º 54588, rel. Min. João Otávio De Noronha, DJE de 04/11/2015, p. 15);

CONSIDERANDO que conforme lição do doutrinador Marcos Ramayana¹, “O abuso de poder econômico ou político é toda a conduta ativa ou omissiva que tenha gravidade para atingir o equilíbrio entre candidatos que almejam determinado pleito eleitoral. O abuso se traduz em uma ação que acarreta gravidade no equilíbrio ideal entre os candidatos, sendo uma espécie de concorrência desleal que abala a competição, podendo levar ou não o

¹ RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral – 15ª edição** / Marcos Ramayana – Rio de Janeiro : Impetus, 2016..

infrator à vitória no pleito eleitoral”.

CONSIDERANDO o apontamento do doutrinador José Jairo Gomes², no sentido que *“a expressão abuso de poder econômico deve ser compreendida com a concretização de ações que denotem mau uso de situações jurídicas ou direitos e, pois, de recursos patrimoniais detidos, controlados ou disponibilizados do agente. Essas ações não são razoáveis nem normais à vista do contexto em que ocorrem, revelando a existência de exorbitância, desdobramento ou excesso no exercício dos respectivos direitos e no emprego de recursos. É necessário que a conduta abusiva tenha em vista processo eleitoral futuro ou em curso. Normalmente, ocorre durante o período de campanha, embora possa ocorrer antes de seu início. (...) sua caracterização independe de os valores abusivamente despendidos no custeio de eventos ou na aquisição de produtos encontrarem-se previstos na estimativa de gastos apresentada ao Tribunal Eleitoral por ocasião do pedido de registro de candidatura (LE, art. 18). Basta que o uso de poder econômico em benefício de candidato seja distorcido, de maneira a desvirtuar o sentido das ideias de normalidade do pleito, liberdade, justiça e sinceridade nas eleições, democracia igualitária e participativa”;*

Determina-se a instauração de Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2016.00001438-9, tendo como:

REQUERENTE: Ministério Público Eleitoral

REQUERIDO: Celso Luiz de Paulo

OBJETO: Apurar a ocorrência de eventual prática de conduta vedada no âmbito eleitoral, noticiada por meio da Manifestação 20160103816 (PR-MS-00024395/2016).

Para secretariar os trabalhos, designa-se a servidora Rebeca Izepi Silva Monteiro, Técnica I do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, determinando-se a adoção das seguintes providências:

1. Registre-se e autue-se a Manifestação 20160103816 (PR-MS-00024395/2016), bem como os documentos que o acompanham;
2. Juntem-se cópia das publicações extraídas da rede social “facebook” do requerido;
3. Encaminhe-se, via e-mail (edital@mpms.mp.br), cópia da presente portaria a fim de que seja publicada no Diário Oficial do Ministério Público, conforme artigo 4º da Portaria PGR/MPF n.º 692, de 19 de agosto de 2016;
4. Comunique-se ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Eleitoral, por meio de e-mail, acerca da presente

instauração, remetendo-lhe cópia desta peça inaugural;

5. Informe-se à Procuradoria Regional Eleitoral em Mato Grosso do Sul, por meio de ofício, acerca da presente instauração de procedimento preparatório eleitoral;

6. Notifique-se CELSO LUIZ DE PAULO com o fito de noticiar a presente instauração de procedimento preparatório eleitoral, bem como requerer que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, preste esclarecimentos quanto ao teor da Manifestação nº 20160103816;

7. Após, com o envio das respostas e/ou esgotamento dos prazos concedidos, venham os autos conclusos.

Campo Grande-MS, 07 de novembro de 2016.

RENATA RUTH FERNANDES GOYA MARINHO
Promotora Eleitoral

PORTARIA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**, por sua Promotora Eleitoral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, *caput*, da Constituição Federal, 78, da Lei Complementar nº 75/93, 35, inciso III, da Lei Complementar nº 72/94, e pela Portaria PGR/MPF nº 692, de 19 de agosto de 2016, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal/88)8);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal, por meio do Ofício nº 233/2016 – PRE/MS, após realizar a devida distribuição, encaminhou para este Órgão de Execução cópia do Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2016.00001220-3, instaurado pela Promotoria Eleitoral com atuação junto à 36ª Zona Eleitoral, para ciência e providências que entender cabíveis;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2016.00001220-3 foi instaurado após o recebimento de denúncia que noticiava que os funcionários públicos, da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, JULIANO GOGOSZ e MARIO MILHOMEM, estariam, em horário de expediente, realizando campanha política para o até então candidato ao cargo de vereador WILTON EDGAR SÁ E SILVA COSTA;

CONSIDERANDO que a Promotoria Eleitoral com atuação na 36ª Zona Eleitoral declinou sua atribuição, sendo o feito encaminhado para este Órgão de Execução com atribuição para o ajuizamento de eventual Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório Eleitoral constitui instrumento lícito do Ministério Público Eleitoral para a fiscalização e apuração de eventuais

² GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral / José Jairo Gomes** – 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

condutas vedadas e abuso de poder, tendo em vista sua missão constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Constituição Federal (TSE - Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 131483, rel. Min. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, DJE de 11/03/2016, p. 110; e Recurso Especial Eleitoral nº 54588, rel. Min. João Otávio De Noronha, DJE de 04/11/2015, p. 15):

CONSIDERANDO que conforme lição do doutrinador Marcos Ramayana³, *“O abuso de poder econômico ou político é toda a conduta ativa ou omissiva que tenha gravidade para atingir o equilíbrio entre candidatos que almejam determinado pleito eleitoral. O abuso se traduz em uma ação que acarreta gravidade no equilíbrio ideal entre os candidatos, sendo uma espécie de concorrência desleal que abala a competição, podendo levar ou não o infrator à vitória no pleito eleitoral”*.

CONSIDERANDO o apontamento do doutrinador José Jairo Gomes⁴, no sentido que *“a expressão abuso de poder econômico deve ser compreendida com a concretização de ações que denotem mau uso de situações jurídicas ou direitos e, pois, de recursos patrimoniais detidos, controlados ou disponibilizados do agente. Essas ações não são razoáveis nem normais à vista do contexto em que ocorrem, revelando a existência de exorbitância, desdobramento ou excesso no exercício dos respectivos direitos e no emprego de recursos. É necessário que a conduta abusiva tenha em vista processo eleitoral futuro ou em curso. Normalmente, ocorre durante o período de campanha, embora possa ocorrer antes de seu início. (...) sua caracterização independe de os valores abusivamente despendidos no custeio de eventos ou na aquisição de produtos encontrarem-se previstos na estimativa de gastos apresentada ao Tribunal Eleitoral por ocasião do pedido de registro de candidatura (LE, art. 18). Basta que o uso de poder econômico em benefício de candidato seja distorcido, de maneira a desvirtuar o sentido das ideias de normalidade do pleito, liberdade, justiça e sinceridade nas eleições, democracia igualitária e participativa”*;

Determina-se a instauração de Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2016.00001439-0, tendo como:

REQUERENTE: Ministério Público Eleitoral

REQUERIDO: Wilton Edgar Sá e Silva Acosta

OBJETO: Apurar a ocorrência de eventual prática de abuso de poder político, com o uso de servidores públicos municipais, em horário de expediente, para campanha eleitoral.

Para secretariar os trabalhos, designa-se a servidora Rebeca Izepe Silva Monteiro, Técnica I do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, determinando-se a adoção das seguintes providências:

8. Registre-se e autue-se o Ofício nº 233/2016 – PRE/MS, bem como os documentos que o acompanham;

9. Junte-se cópia dos relatórios extraídos do portal da transparência municipal (<http://transparencia.capital.ms.gov.br>) do servidor público JULIANO GOGOSZ DE OLIVEIRA, referente aos meses compreendidos entre janeiro e setembro de 2016;

10. Encaminhe-se, via e-mail (edital@mpms.mp.br), cópia da presente portaria a fim de que seja publicada no Diário Oficial do Ministério Público, conforme artigo 4º da Portaria PGR/MPF nº 692, de 19 de agosto de 2016;

11. Comunique-se ao Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Eleitoral, por meio de e-mail, acerca da presente instauração, remetendo-lhe cópia desta peça inaugural;

12. Informe-se à Procuradoria Regional Eleitoral em Mato Grosso do Sul, por meio de ofício, acerca da presente instauração de procedimento preparatório eleitoral;

13. Notifique-se o requerido WILTON EDGAR SÁ E SILVA ACOSTA com o fito de noticiar a presente instauração de procedimento preparatório eleitoral, bem como requerer que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prestem esclarecimentos quanto ao teor do Ofício nº 233/2016-PRE/MS, encaminhado pela Procuradoria Regional Eleitoral de MS;

14. Oficie-se à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis: a) informe se MÁRIO MÁRCIO MORAES MILHOEM SANTOS é ou foi servidor público municipal no decorrer do ano de 2016. Caso positivo, informar o cargo ocupado, salário e tipo de contratação (efetivo ou comissionado); b) esclarecer no que constitui a gratificação auferida mensalmente pelo servidor público JULIANO GOGOSZ DE OLIVEIRA, desde o mês de junho de 2016, sob o título de “outras verbas temporárias”, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); c) informar se outros servidores da Secretaria Municipal de Juventude também receberam a gratificação “outras verbas temporárias” no decorrer do ano de 2016. Em caso positivo, encaminhar a relação nominal dos servidores, bem como os meses que auferiram tal verba; c) encaminhar a folha de ponto, dos meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro, dos servidores JULIANO GOGOSZ DE OLIVEIRA e MÁRIO MÁRCIO MORAES MILHOEM SANTOS (este último, caso seja servidor municipal);

15. Oficie-se à Promotoria Eleitoral com atuação junto à 36ª Zona Eleitoral a fim de questionar se foi realizada a inspeção/vistoria/visita, determinada no item “4” da Portaria nº 03/2016, de 15/09/2016, que instaurou o Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2016.00001220-3. Caso positivo, encaminhar cópia do relatório; e

16. Após, com o envio das respostas e/ou esgotamento dos prazos concedidos, venham os autos conclusos.

Campo Grande/MS, 04 de novembro de 2016.

RENATA RUTH FERNANDES GOYA MARINHO

³ RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral – 15ª edição** / Marcos Ramayana – Rio de Janeiro : Impetus, 2016..

⁴ GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral** / José Jairo Gomes – 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

Promotora Eleitoral

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IVINHEMA

Edital nº 001/2016/PJE-27ªZE

A Promotoria de Justiça Eleitoral da 27ª ZE da Comarca de Ivinhema/MS torna pública a Instauração de Procedimento Preparatório Eleitoral, que está à disposição de quem possa interessar na Praça dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79.740-000, fone (67) 3442-1590.

Procedimento Preparatório Eleitoral n.º 003/PJE/2016**Requerente:** Ministério Público Estadual.**Requerido:** Romilda Vilela

Assunto: Apurar eventuais gastos de campanha e captação de sufrágio pela candidata à Vereadora pelo Município de Novo Horizonte do Sul Romilda Vilela, noticiado através da denúncia n.751, registrada no sistema de Denúncia Web 2016 do TER/MS.

Ivinhema-MS, 27 de outubro de 2016.

JULIANA MARTINS ZAUPA Promotora de Justiça Eleitoral.

PONTA PORÃ

Edital n. 0153/2016/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a retificação do objeto do Procedimento Administrativo n. 09.2016.00000604-5, fazendo nele constar:

Procedimento Administrativo n. 09.2016.00000604-5**Requerente:** Ministério Público Estadual**Requerido:** Município de Ponta Porã

Assunto: Acompanhar o cumprimento do acordo judicial (4ª Parte) firmado nos autos da Ação Civil Pública n. 0803117-11.2014.8.12.0019 relativo ao cumprimento da Política Nacional de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos pelo município de Ponta Porã.

Ponta Porã-MS, 04 de novembro de 2016.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES - Promotor de Justiça.**Edital n. 0154/2016/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a retificação do polo passivo do Inquérito Civil n. 30/PPS/2014, fazendo nele constar:

Inquérito Civil n. 30/PPS/2014**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**Requerido:** Flávio Esgaib Kayatt

Assunto: Apurar possíveis irregularidades e atos de improbidade administrativa nos procedimentos licitatórios realizados pelo Município de Ponta Porã/MS, nos anos de 2009 a 2012, para a aquisição de materiais gráficos e contratação de prestação de publicidade institucional.

Ponta Porã-MS, 10 de novembro de 2016

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES - Promotor de Justiça.**Edital n. 0155/2016/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2016.00002604-1 que

está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha n. 1.613.

Procedimento Administrativo n. 09.2016.00002604-1**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**Requerido:** Município de Antônio João

Assunto: Acompanhar o cumprimento do acordo firmado nos autos do Inquérito Civil n. 02/2007, relativo à Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico.

Ponta Porã-MS, 11 de novembro de 2016

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES - Promotor de Justiça.

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ELDORADO

Edital nº 07/2016/IC-PJEld

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: nº 07/2016**Requerente:** Ministério Público Estadual**Requerida:** Milton Sposito Prado

Assunto: Apurar a regularidade jurídica ambiental do imóvel rural denominado Sítio Caraja Cue.

Eldorado-MS, 11 de novembro de 2016.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES - Promotora de Justiça.

SONORA

PORTARIA Nº SAJ/MP.: 06.2016.00001433-4

O **Ministério Público Eleitoral**, por intermédio do Promotor Eleitoral da 26ª Zona Eleitoral – Sonora/MS, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGR n. 692, de 19 de agosto de 2016, que institui e regulamenta o Procedimento Preparatório Eleitoral - PPE, e;

Considerando que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar inquérito civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

Considerando que o Procedimento Preparatório Eleitoral, previsto e disciplinado pela Portaria PGR nº 692/2016, é o instrumento adequado para colher subsídios necessários à atuação do Ministério Público Eleitoral perante a Justiça Eleitoral, para a propositura de medidas cabíveis em relação às infrações eleitorais de natureza não criminal;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do **regime democrático** (art. 127, da CF);

Considerando o auto circunstanciado de Busca e Apreensão firmado pelo Exmo. Delegado de Polícia de Sonora, que cumpriu ordem de busca domiciliar determinada pela Justiça Eleitoral, tendo sido apreendidos

cópias de cheques e de recibos referentes às eleições 2016;

RESOLVE instaurar o **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL**, que ficará à disposição do público nesta Promotor(a) da 26ª Zona Eleitoral de Sonora de Sonora, localizada na Sonora-MS nesta cidade e comarca, para promover a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências que o caso requerer para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento das peças de informações, *com o objetivo de verificar a prática de gastos ilícitos de campanha ou abuso de poder econômico*.

Para tanto, **DETERMINO** as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via email, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais e ao Procurador Regional Eleitoral, acerca da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se cópia integral dos autos de representação eleitoral n. 0000099-88.2016.6.12.0026;
4. Encaminhe cópia integral desta peça inaugural, via e-mail, para publicação no Diário Oficial do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.
5. Promova-se a juntada dos documentos de fls. 05-16 de forma mais legível.
6. Notifiquem-se, para oitiva nesta Promotoria Eleitoral, o(s) representante(s) da coligação Juntos por Sonora e Francisco Deuzimar de Lima.

Após, concluso para deliberações.

Sonora/MS, 09/11/2016.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça Eleitoral

PORTARIA Nº SAJ/MP.: 06.2016.00001434-5

O **Ministério Público Eleitoral**, por intermédio do Promotor Eleitoral da 26ª Zona Eleitoral – Sonora/MS, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGR n. 692, de 19 de agosto de 2016, que institui e regulamenta o Procedimento Preparatório Eleitoral - PPE, e;

Considerando que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar inquérito civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

Considerando que o Procedimento Preparatório Eleitoral, previsto e disciplinado pela Portaria PGR nº 692/2016, é o instrumento adequado para colher subsídios necessários à

atuação do Ministério Público Eleitoral perante a Justiça Eleitoral, para a propositura de medidas cabíveis em relação às infrações eleitorais de natureza não criminal;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do **regime democrático** (art. 127, da CF);

Considerando a notícia-crime encaminhada pela Autoridade Policial à Justiça Eleitoral (autos n. 0000102-43.2016.12.0026), que trata da apuração do crime previsto no art. 299 do Código Eleitoral, supostamente praticado por Luiz Carlos Pereira de Souza, vulgo Carcará, haja vista que no dia 30.09.2016, por volta das 18h30, policiais encontraram em seu poder a quantia de R\$ 2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais), com alguns valores separados por cliques com listas de nomes de eleitores, bem como "santinhos";

RESOLVE instaurar o **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL**, que ficará à disposição do público nesta Promotor(a) da 26ª Zona Eleitoral de Sonora de Sonora, localizada na Sonora-MS nesta cidade e comarca, para promover a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências que o caso requerer para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento das peças de informações, *com o objetivo de apurar a prática de captação ilícita de sufrágio*.

Para tanto, **DETERMINO** as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via email, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais e ao Procurador Regional Eleitoral, acerca da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Encaminhe cópia integral desta peça inaugural, via e-mail, para publicação no Diário Oficial do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.
4. Junte-se cópia integral da Notícia-Crime, autos n. 0000102-43.2016.6.12.0026;
5. Notifique-se, para oitiva nesta Promotoria Eleitoral: (a) Luiz Carlos Pereira de Souza; (b) Enelto Ramos; (c) Dalmi Alves (Dalmi Tuta).
6. O apoio técnico deverá entrar em contato telefônico com pessoas que constam das listas manuscritas apreendidas e elaborar relatório que indique qual a participação de aludidas pessoas nas campanhas de Enelto Ramos ou de Dalmi Tuta. Prazo: 05 dias.
7. Oficie-se à Polícia Civil solicitando informações se houve progressão nas investigações.

Após, concluso para deliberações.

Sonora/MS, 09/11/2016.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça Eleitoral